

A RELAÇÃO ENTRE PAI E FILHO(S) APÓS A SEPARAÇÃO CONJUGAL



Karina Silva Molon de Souza

Centro Universitário Franciscano – Rio Grande do Sul - Brasil

Luciane Najjar Smeha

Centro Universitário Franciscano – Rio Grande do Sul - Brasil

Jessica Cerezer Arend

Centro Universitário Franciscano – Rio Grande do Sul - Brasil



Resumo

A relação entre pai e filho(s), após a separação conjugal, é um tema que é discutido na atualidade em decorrência das novas configurações familiares. Em virtude dessa realidade, foi realizado um estudo com o objetivo de compreender a relação entre o pai e seus filhos após o término do casamento. A pesquisa foi desenvolvida sob a abordagem qualitativa e teve caráter exploratório. Participaram do estudo quatro pais separados conjugalmente e que não possuem a guarda dos filhos. Os dados, por sua vez, foram colhidos por meio de entrevistas. Os depoimentos dos participantes do estudo foram analisados pela técnica de Análise de Conteúdo, cujo princípio básico é investigar, pela descrição objetiva, sistemática e qualitativa, o conteúdo que é comunicado. Como resultados, no estudo apontam-se as novas organizações sociais na família, nas quais os pais têm se mostrado mais participativos e envolvidos com os filhos, dispondo-se a investir mais na relação entre ambos. Contudo, foi possível perceber que a separação conjugal gera conflitos e sentimentos nesses pais: angústia, frustração e exclusão, mas, apesar disso, esse fato pode possibilitar uma reconstrução afetiva entre pai e filhos, fortalecendo sua relação.

Palavras-chave: Paternidade. Separação conjugal. Relação pai-filho.

Introdução

A família contemporânea vem sofrendo constante processo de transformação. O modelo tradicional, no qual a figura paterna era quem provinha o sustento do lar, e a

figura materna era responsável pelos cuidados da casa e pela criação dos filhos, sofreu profundas alterações, interferindo na dinâmica dos papéis que envolvem a maternidade e a paternidade. Com isso, neste artigo pretende-se problematizar e ampliar o conhecimento acerca da relação de pais e filhos diante da dissolução da conjugalidade.

Atualmente, considerando a necessidade de romper com antigos padrões de comportamento relacionados ao desempenho do papel paterno, muitos estudos buscam a compreensão da experiência de paternidade na contemporaneidade (BELTRAME; BOTTOLI, 2010; GABRIEL; DIAS, 2011; WARPECHOWSKI; MOSMANN, 2012; SUTTER; BUCHER-MALUSCHKE, 2008; SEABRA; SEIDL de MOURA, 2011, KROB, PICCININI; SILVA, 2007; BALANCHO, 2012). No entanto, a temática é complexa e ainda há necessidade de desvelar aspectos da dinâmica das relações entre pais e filhos nos dias de hoje, primordialmente, nos casos em que houve ruptura da conjugalidade e não há coabitação com os filhos.

A família, o casamento e a função de pai e mãe passam por um processo constante de revisão, as novas configurações familiares apontam uma importante mudança na família tradicional e, em decorrência, a necessidade de reorganização no modelo de paternidade (WAGNER; MOSMANN, 2009; GRZYBOWSKI; WAGNER, 2010). Anteriormente, o conceito de pai estava relacionado a um homem ausente, pouco afetivo, provedor e autoritário e disciplinador; ao passo que hoje a concepção é a de um pai mais participativo, afetuoso, que valoriza o espaço da relação entre pai e filhos.

Essa nova postura masculina, que vem sendo construída, foi impulsionada pelo ingresso da mulher no mercado de trabalho, assim como pela sua consequente conquista da independência econômica. Foi nessa ocasião que se tornou imprescindível rever o modelo de pai transmitido por gerações anteriores, pois ele já não atendia às exigências atuais de cuidado paterno (RAMIERES, 1997; GOMES; RESENDE, 2004). As demandas de ruptura com antigos modelos identitários, segundo Sutter e Bucher-Maluschke (2008), são uma tarefa complexa, na qual a principal motivação é o desejo de ser um pai melhor do que o seu próprio pai foi. Sendo assim, Badinter (1993) refere a que, atualmente, o homem não deseja reproduzir o modelo distante e pouco afetivo, mas almeja reparar sua própria infância por meio da relação que estabelece com seus filhos. Para Comel (2004), aprender a ser pai, no contexto atual, é o grande desafio do século XXI.

Embora essa nova paternidade ainda esteja em construção, os estudos sobre o tema já salientam um exercício de paternidade com mais envolvimento afetivo e participação nos cuidados básicos diários, ainda que alguns pais prefiram e tenham mais satisfação nas atividades lúdicas (SEABRA; SEIDL-DE-MOURA, 2011). No estudo de Rodrigues e Gonçalves (2011), os pais revelaram ser a paternidade a participação diária e direta por meio das atividades de cuidado, proteção, diálogo e disponibilidade de tempo, além de salientar que não deva ser uma participação por obrigação, mas por opção.

Embora a produção nacional e internacional de publicações tenha sido crescente no período entre 2000 e 2007 (SOUZA; BENETTI, 2009), ainda há necessidade de se continuarem as investigações sobre as novas possibilidades de exercício da paternidade, pois permanece um desafio para pesquisadores do campo da psicologia e cabe ressaltar a necessidade de elucidar esse fenômeno no contexto familiar em que o núcleo familiar de origem foi afetado pela separação conjugal. Nesse caso, algumas questões se fazem presente: como desempenhar uma paternidade participativa sem o convívio diário com o filho(a)? Como manter a intimidade da relação apesar da distância?

Algumas pesquisas sobre pais em situação de separação conjugal buscam respostas aos questionamentos acima (BOTTOLI; ARPINI, 2011; GRZYBOWSKI, 2007, WARPECHOWSKI; MOSMANN, 2012; RODRIGUES; GONÇALVES, 2011). Essas apontam que os pais têm buscado preservar a participação na vida dos filhos, tanto no aspecto social quanto no disciplinar, o que indica um estreitamento no contato de ambos, mesmo que seja em contextos sociais e públicos. Nesse sentido, Grzybowski e Wagner (2010) evidenciaram, em seu estudo sobre o envolvimento parental após o divórcio, que as mães obtiveram médias superiores em relação aos pais no que concerne ao envolvimento com as crianças. Por outro lado, os pais estavam, mais do que as mães, voltados para práticas educativas relacionadas à dimensão do envolvimento social como, por exemplo, levar ao cinema e ao parque e à dimensão envolvimento com disciplina, isto é, à dificuldade em fazer o filho obedecer.

O número de pais que educam seus filhos sem conviver diariamente com eles é maior a cada dia. O índice de separações conjugais cresce cada vez mais. Segundo o IBGE, as taxas de divórcio, em 2010, atingiram o seu maior percentual desde o início da história das Estatísticas do Registro Civil, em 1984. Sendo assim, ocorreu um acréscimo

de 36,8% no número de divórcios em relação a 2009. As Estatísticas do Registro Civil mostram também que, em 89,1% dos divórcios, a responsabilidade pela guarda dos filhos menores foi concedida às mulheres (CRESPO, 2007). No entanto, em 2010, as Estatísticas do Registro Civil mostraram que crescia o compartilhamento da guarda dos filhos menores entre os cônjuges divorciados (de 2,7% em 2000 para 5,5% em 2010), indicando um aumento no interesse dos homens em conviver com os filhos.

Diante desses dados que revelam aumento no número de separações conjugais, há necessidade de aprofundar estudos sobre alguns questionamentos em relação ao vínculo entre o homem e seus filhos. Dentre eles: como é ser pai na atualidade diante das novas exigências para uma boa parentalidade? Como é a relação com os filhos após o término do casamento? Quais os sentimentos gerados nos pais após a separação? Como os pais percebem o fato de não coabitar com o filho(a)? Nesse sentido, a relação entre ambos, após a separação conjugal, é uma temática que gera discussões, principalmente quanto à qualidade do tempo que pais e filhos passam juntos, bem como à qualidade da relação afetiva. Esses aspectos constituem a base para um relacionamento satisfatório que permita bem-estar aos pais e pleno desenvolvimento emocional aos filhos.

Conhecer a experiência paterna de se relacionar com os filhos após a separação conjugal pode contribuir para instrumentalizar o trabalho na clínica psicológica de crianças, adolescentes e famílias. Destaca-se a importância da temática pelo já referido aumento do índice de separações, sendo que, na maioria dos casos, a guarda do filho é delegada à figura materna.

Assim, no presente estudo, o objetivo foi conhecer a experiência paterna de se relacionar com os filhos após a separação conjugal. Além disso, conhecer como foi o envolvimento do pai durante a gestação e os primeiros meses de desenvolvimento do(s) seu(s) filho(s); descrever quais as mudanças na relação entre pai e filhos(s) após a separação conjugal; investigar a compreensão do pai sobre a sua participação na educação dos filhos sem coabitar com eles; e conhecer os sentimentos dos pais diante da relação que eles estabelecem atualmente com o(s) filho(s).

Paternidade

O desejo de um filho, para o homem, é influenciado pela rivalidade edipiana, na qual a geração de um filho representa um modo de o pai se igualar ao próprio pai, sendo que a criação do bebê é a oportunidade de superá-lo. Este é baseado também no desejo de o menino ser igual à mãe, assim como, nas mulheres, há o desejo narcísico de um ser completo e onipotente, no qual ela se produz e se identifica. Os pais necessitam renovar os relacionamentos que tiveram com pessoas que desempenharam um importante papel no seu passado, e é esperado que os filhos lhes proporcionem isso (BRAZELTON; CRAMER, 2002).

Conforme Brazelton e Cramer (2002), quando o homem recebe a notícia de que será pai, ele experimenta diferentes emoções, algumas positivas e outras conflitantes. Uma das primeiras reações é o sentimento de exclusão, pois a mulher direciona toda sua atenção para o bebê e, muitas vezes, possui dificuldade em conciliar as demandas da gestação com a relação conjugal. A chegada de um filho força o homem a aceitar a transição de um relacionamento dual para um relacionamento triangular, o que faz com que ele se sinta abandonado, deixado de lado.

Os estereótipos dos papéis de homem e mulher estão profundamente enraizados e acabam considerados expressões das diferenças biológicas. Ao feminino, por exemplo, são atribuídas características de afetividade e dependência, bem como o papel de responsabilidade exclusiva pelo cuidado dos filhos. Quanto ao masculino, são atribuídas características como racionalidade e independência. Contudo, essas construções sociais determinam o comportamento esperado do homem que se torna pai, indicando contribuições para o exercício da parentalidade (RAMIRES, 1997).

Houzel (2004), ao refletir sobre parentalidade, considera três eixos que podem se articular ao conjunto de funções exercidas pelos pais, os quais ele denominou de: exercício da parentalidade, experiência da parentalidade e prática da parentalidade. O primeiro entende-se como quem organiza, situa os indivíduos em seus laços de parentesco, bem como os seus direitos e deveres. Em relação ao segundo, é a experiência subjetiva consciente e inconsciente do indivíduo em relação ao vir a ser pai e de preencher esses papéis. E o terceiro eixo traz as tarefas cotidianas que são executadas pelos pais com as crianças, e não só cuidados físicos, mas também cuidados psíquicos.

De acordo com Silveira (1998), nem todo progenitor constituir-se-á como pai, assim como nem todo pai será capaz de manter relações com seu filho que caracterizem o exercício da paternidade, pois essa dar-se-á a partir de um conjunto de práticas, que, assim como todas outras relações, vai se construindo e reconstruindo sempre. O autor coloca que é fundamental não esquecer que assim como adultos adotam ou rejeitam os filhos, os filhos também agirão dessa mesma forma com os pais. Como foi citado anteriormente, a relação entre pais e filhos, é construída e reconstruída permanentemente. Portanto, não se pode impor um lugar de pai, pois o exercício dessa função depende da dinâmica relacional estabelecida pelo pai e pelo filho e de aspectos socioculturais inerentes às relações interpessoais.

A separação conjugal e o reflexo na relação com os filhos

A separação conjugal traz inúmeras mudanças para o homem, a mulher e os filhos. A decisão de que a guarda dos filhos ficará com a mãe permanece, ainda hoje, como uma realidade da maioria das famílias. São raros os casos de guarda conjunta ou delegada ao pai, e isso está longe de ser uma escolha. É fruto da organização tradicional de papéis de gênero que condicionou a estrutura familiar (RAMIRES, 1997). No entanto, cabe salientar que, nos últimos anos, tem crescido o número de pais que desejam, buscam na Justiça e conseguem a guarda unilateral dos filhos. Conforme Isotton (2011), os dados do IBGE corroboram a importância do fenômeno em estudo, porque, em 2007, o índice de famílias chefiadas por um dos genitores era de 21,8%, sendo que, desse total, 9,8% são chefiadas pelo pai. Segundo Bottoli (2010), após a separação, os pais sentem a ausência do filho e muitos mantêm o desejo de conviver, cuidar e educar os filhos.

De acordo com Dantas, Jablonski e Féres-Carneiro (2004), a dificuldade em se lidar com a separação, bem como o processo de se desvincular do relacionamento pode colaborar para que as mães dificultem o contato entre pais e filhos. Conforme Ramires (1997), muitas crianças perdem o contato com o genitor que não possui a guarda. Cerca de oito a cada dez crianças ficam com a mãe; contudo, elas acabam perdendo o contato ou mantêm contatos espaçados com o pai. Para Warpechowski e Mosmann (2012), o fato de não morarem juntos pode tornar a relação mais distanciada.

Nesse viés, importa esclarecer que a separação parental é provavelmente um dos grandes fatores que afetam o desenvolvimento da criança. Assim, lidar com a crise de uma maneira construtiva pode ajudar a promover o desenvolvimento psicológico dessa; porém, isso dependerá principalmente dos pais e da capacidade de resolução de conflitos, bem como da consciência dos sentimentos da criança (EYMANN et al., 2009).

Quando há dissolução da conjugalidade, os elos matrimoniais se rompem, mas por razões óbvias, o vínculo de parentesco construído com os filhos não se desfaz. Pelo contrário, a manutenção das relações entre ambos é estimulada por razões afetivas, por fatores materiais, dentro dos quais se apresentam as obrigações de manutenção e educação dos filhos. Dentro dos direitos e deveres determinados aos genitores, descobrem-se regras destinadas a prestigiar o vínculo afetivo entre todos, definindo com quem ficará a guarda, a convivência física e a quem competirá o direito de conviver com os filhos a distância (CASTRO, 1998).

Segundo Castro (1998), por uma postura de acomodação, em prestigiar a guarda materna, o Judiciário não tem dado valor às novas virtudes desenvolvidas pela figura paterna, cuja função no desenvolvimento dos filhos vem crescendo cada vez mais. O sistema de visitação quinzenal aos filhos desestimula o interesse paterno pela figura da criança, sendo que há poucas possibilidades de um acompanhamento mais estreito na rotina dos filhos. Para Ramires (1997), os homens são psicologicamente capazes de criar seus filhos. Ademais, essa autora ressalta que essa participação vai muito mais além do que a ênfase dada à importância do papel do pai no desenvolvimento da criança. O estudo de Isotton (2011) sobre a paternidade, nos casos em que a guarda unilateral dos filhos é designada ao pai, apontou que eles estabelecem com os filhos uma relação próxima e afetiva, além de oferecerem educação, cuidado, proteção, sustento, lazer e segurança.

Nessa perspectiva, cabe expor que o fim da relação conjugal pode gerar, como consequência, o quase completo término da relação do filho com o genitor que não possui a guarda. Quanto maior a discórdia entre os pais, mais o problema se agrava, já que dos conflitos participa o filho em comum. O fato pode promover nos filhos sentimentos de insegurança e de rejeição, dentre outras consequências que desestruturam o ser humano ainda em formação (CASTRO, 1998).

A pesquisa de Grzybowski (2007), sobre o envolvimento parental após a separação/divórcio, apresenta que o fato de os pais não morarem com os filhos influencia significativamente em um menor envolvimento com eles. Segundo a autora, os pais referiram a que a experiência educativa após o divórcio é marcada por perdas, pois a função parental perdeu força e lugar, sendo que a distância gerada pelo afastamento do lar é como uma ruptura no papel parental.

O estudo da autora aponta que a manutenção da relação parental, após o divórcio, está relacionada aos sentimentos que os pais tinham pela ex-companheira e a forma como os filhos surgiram no relacionamento deles. Contudo, o relacionamento com a ex-mulher teria relação direta com o envolvimento ou o não envolvimento parental após o fim do casamento.

Metodologia

O presente trabalho consiste em uma pesquisa qualitativa, que busca uma compreensão particular do que se estuda, não se preocupando com generalizações, princípios e leis. O foco da pesquisa qualitativa é centralizado no específico, no individual, almejando a compreensão dos fenômenos estudados (MARTINS; BICUDO, 2005). O estudo teve caráter exploratório, sendo que o objetivo era proporcionar uma visão geral acerca do tema. Para Gil (2010), os estudos exploratórios são realizados, especialmente, quando o tema escolhido é pouco explorado, tornando-se difícil formular hipóteses precisas e operacionalizáveis sobre ele. O projeto de pesquisa foi submetido ao CEP da Universidade e protocolado sob o registro CONEP n.1246 - registro CEP/UNIFRA n. 141.2010.3).

Participantes

Os participantes da pesquisa, de acordo com o Quadro 1, foram quatro pais separados conjugalmente, que não possuíam a guarda dos filhos. O número de sujeitos da pesquisa foi definido conforme critério de saturação. Bogdan e Biklen (2010) caracterizam o critério de saturação ao comentar que nele, as informações obtidas estão contempladas em suas semelhanças e diferenças e, em razão da repetição do conteúdo, passam a não trazer novas compreensões para a investigação.

No que concerne às características dos entrevistados, cabe elucidar que a variação de idade dos participantes era entre trinta e cinco e quarenta e oito anos; o tempo de relacionamento com a ex-mulher variou de oito a catorze anos, sendo que o tempo de separação conjugal não excedeu três anos; tinham entre um e dois filhos, cuja idade variava de seis a dezoito anos; e suas ocupações são mecânico, agricultor, médico e pintor.

A amostragem deu-se por conveniência que, na opinião de Gil (2010), possibilita ao pesquisador selecionar os elementos a que tem acesso, para que, de alguma forma, possam representar o universo. Para o autor, este tipo de amostragem é aplicado em estudos exploratórios ou qualitativos, os quais não requerem elevado nível de precisão.

Participantes	Idade	Ocupação	Tempo de relacionamento com a ex-mulher	Número de filhos	Idade dos filhos
Pai A	43 anos	Mecânico	14 anos	2	11 e 18 anos
Pai B	48 anos	Agricultor	13 anos	2	10 e 14 anos
Pai C	43 anos	Médico	8 anos	1	7 anos
Pai D	35 anos	Pintor	8 anos	1	6 anos

Quadro 1 – Dados dos pais, participantes da pesquisa

Fonte: dados da pesquisa.

Procedimentos e análise dos dados

Como instrumento de coleta de dados, foi utilizada uma entrevista individual. Por meio delas, almejava-se investigar a relação entre pai e filho(s) após a separação conjugal, para que os participantes expressassem livremente seus sentimentos sobre a situação. As entrevistas semiestruturadas seguiram um roteiro norteado por poucas questões abertas, elas envolveram temas como a relação inicial do pai com seu bebê(s), a convivência com os filhos antes e após a separação, a experiência de ser pai em uma

situação que envolve não morar com os filhos e não vê-los diariamente. Todas as entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas.

Para a coleta dos dados, realizou-se contato com os participantes da pesquisa, inicialmente por telefone, os que demonstraram interesse em participar receberam a visita do pesquisador no domicílio, lugar mais conveniente aos entrevistados. Na ocasião do convite, foi garantido o anonimato aos participantes da pesquisa, sigilo sobre as informações, direito de desistência em qualquer etapa da pesquisa e acesso aos resultados do estudo, sendo que, após as devidas explicações, foi assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, para a realização da entrevista.

Na fase de análise dos dados, os depoimentos dos participantes do estudo foram avaliados por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 2009). De acordo com a autora, a análise de conteúdo investiga, através da descrição objetiva, sistemática e qualitativa, o conteúdo comunicado. A análise das entrevistas permitiu a construção de três categorias: “A Paternidade e suas Representações na Sociedade”, “O Vínculo Afetivo entre Pai e Filhos” e “O envolvimento paterno”.

A paternidade e suas representações na sociedade

A inserção de homens e mulheres na vida familiar segue referenciais que são apreendidos ao longo da vida. O Homem, o masculino e o pai são qualificações que definem o modo de inserção do sujeito na cultura que ele faz parte e juntas elas definem um padrão de comportamento a ser seguido pelos homens. Entretanto, as transformações sociais, que vêm ocorrendo nos últimos tempos, influenciam a forma de viver e de construir a identidade de ser pai ou ser mãe.

Segundo Teikal e Rocha-Coutinho (2007), as conquistas do movimento feminista fizeram com que as mulheres assumissem um espaço cada vez maior no mundo público do trabalho, desenvolvendo atividades reconhecidas anteriormente como exclusiva dos homens. Aos poucos, as mulheres se inseriram e foram conquistando posições de maior poder e prestígio nos mais diversos setores profissionais. A inserção das mulheres no mercado de trabalho, bem como no espaço privado em que homens e mulheres compartilham os cuidados com a casa e com os filhos, é vista hoje com mais frequência. Com isso, há uma inevitável reformulação da identidade masculina tradicional enquanto provedor da família.

No exercício da paternidade, os novos desafios envolvem não só o sustento e o afeto, mas também o compartilhar as rotinas de cuidado, saúde e educação escolar. Assim, há uma necessidade de ajustar-se entre o modelo patriarcal provavelmente herdado de forma transgeracional e as novas demandas de ser pai na contemporaneidade. De acordo com Seabra e Seidl-de-Moura (2011), a mídia no Brasil tem apoiado a transformação nos papéis materno e paterno por meio de comerciais que estimulam a participação e o envolvimento do pai.

A separação conjugal também gera mudanças no contexto familiar. Uma dessas mudanças é referente à decisão de quem fica com a guarda dos filhos. Na maioria dos casos, ainda é mãe quem permanece coabitando com os filhos e com a principal responsabilidade quanto ao desenvolvimento e educação dos filhos. São poucos, mas há um crescimento nos casos em que a guarda é delegada ao pai ou é estabelecida a guarda conjunta, e isto não é uma escolha do pai, mas resultado da organização tradicional de papéis de gênero que condicionava a estrutura familiar.

Na presente pesquisa, demonstra-se a unanimidade entre os entrevistados quanto ao processo de decisão em relação a quem ficaria com a guarda dos filhos, sendo que a decisão de que estes ficariam com a mãe foi amigável, mútua. Como exemplo, vejamos o trecho da entrevista com um dos pais: “[...] *A gente conversou, né, foi amigável, não teve justiça, a gente sentou e conversou numa boa pra ver com quem eles iam ficar... [...] A mãe é muito importante para os filhos, né, acho que até é mais importante que o pai [...]*” (Pai A).

Neste estudo, foi possível elucidar que alguns pais ainda têm dificuldades em reconhecer o quão importantes são para o desenvolvimento dos seus filhos, uma vez que um dos entrevistados coloca ser a mãe a figura de maior referência, o que nos dias de hoje, nem sempre é verdadeiro. Encontra-se de forma explícita, na fala de apenas um dos participantes da entrevista, o fato de a mãe ser a figura mais importante para os filhos; porém, foi unânime a decisão de que a guarda das crianças ficaria com a mãe após a separação, mostrando que, implicitamente, todos os pais possuem as mesmas crenças.

É relevante considerar que muitos homens ainda não se sentem autorizados pela sociedade a protagonizar o papel de pai. Sendo assim, é possível dizer que, quando os pais não se reconhecem como importantes, em decorrência, há um fortalecimento da

concepção de que a mãe é a figura principal e insubstituível na tarefa de cuidar dos filhos.

O vínculo afetivo entre pai e filhos

A chegada de um filho faz com que o homem experimente diferentes emoções, algumas positivas, outras conflitantes, gerando expectativas e medos. A presença do pai, até algum tempo atrás, era vista como algo simbólico, como se a figura paterna não exercesse tanta influência para o desenvolvimento dos filhos. Fato esse, que hoje ganha uma nova face, sendo que já se reconhece o papel fundamental que o pai exerce não como um apêndice da mãe, mas como alguém que completa suas funções (DIAMOND, 2008).

O vínculo do pai com seu filho já começa a ser delineado durante a gestação ou anteriormente, quando há apenas o desejo de vir a ser pai; portanto, ele também não finda necessariamente, quando há dissolução do casamento (WARPECHOWSKI; MOSMANN, 2012). O envolvimento no período de gestação pode ser um bom início para a relação que se estabelecerá no futuro. Segundo o estudo de Seabra e Seidl-de-Moura (2011), a participação paterna tende a aumentar com o desenvolvimento da criança; conforme a mãe vai retomando suas atividades de trabalho, o pai ganha espaço para estabelecer uma relação mais íntima com o filho.

Assim, os autores referidos salientam que há uma tendência crescente de envolvimento do pai na rotina dos filhos. Isso significa uma ruptura com o modelo tradicional de paternidade, no qual o pai é distante e pouco afetivo. A pesquisa de Krob, Piccinini e Silva (2009) corrobora os achados deste estudo: nela, os pais revelaram uma participação emocional intensa desde a gestação, uma experiência que marcou suas vidas, tornando-os mais sensíveis para lidar com as situações e as pessoas.

A dissolução da conjugalidade afeta a rotina da família. Muitas vezes, a situação impõe ao pai não morar mais com seus filhos. O distanciamento físico ou a ausência do filho na rotina diária do pai pode promover um distanciamento afetivo. Embora os estudos apontem que os pais, atualmente, estão resistindo a essa situação, eles manifestam o interesse e o empenho para ampliar a sua participação na vida dos filhos (RAMIRES, 1997; BELTRAME; BOTTOLI, 2010; BOTTOLI, 2010; RODRIGUES; GONÇALVES, 2011).

Nesse contexto, o distanciamento que poderá ocorrer, após uma separação conjugal, costuma gerar uma série de conflitos e de sentimentos nesses pais: ansiedade, angústia, frustração, e exclusão (DANTAS; JABLONSKI; FÉRES-CARNEIRO, 2004; RAMIRES, 1997; STAUDT, 2007). Neste estudo, esses sentimentos puderam ser constatados na fala de todos os participantes da pesquisa. Para ilustrar, elencou-se a verbalização do Pai C, na qual ele discorre sobre como é não morar com o filho e não participar da criação dele: "*É, é um pouco difícil, porque naquele momento que ele tá comigo eu sei, né, eu sei que tá tudo bem, o ruim é quando ele não tá comigo, que agente fica sem saber, tá longe, tá separado, o que tá acontecendo com ele, com quem que ele está naquele momento [...]*" (Pai C).

O laço afetivo entre pais e filhos, é algo que vai além do fato de o filho morar com o pai ou de ser filho biológico. Nesse sentido, Silva (2005) coloca que o afastamento provocado pela separação conjugal, no qual, na maioria das vezes, a guarda do filho fica com a mãe, faz com que o entendimento da paternidade se fortaleça, sendo que, por vezes, a saída do homem de casa cria a possibilidade deste reconstruir uma ligação afetiva com os filhos com base em algo que se constrói a cada dia, em cada gesto e em cada situação. Assim, um dos entrevistados relata:

"Acho até que ficou melhor sabe, porque agora a gente se uniu mais, antes quando morava com eles a gente ia trabalhar e voltava só pra almoço e de noite, então conversava pouco, agora não, o mais velho tá trabalhando aqui comigo, então ele vem de manhã, almoça aqui e vai embora só de noite. Nós ficamos mais unidos" (Pai A).

Nem toda separação conjugal desperta dificuldades ou sentimentos negativos, ela também pode reverberar no fortalecimento do laço afetivo entre pai e filhos. Diante de uma relação alicerçada por um bom vínculo entre pai e filho, o fato de não morarem juntos pode contribuir para melhorar a qualidade da relação entre ambos. Em um dos participantes deste estudo, foi possível observar um crescimento na relação afetiva, enquanto que, nos demais, compreendeu-se que o vínculo afetivo com o filho já existia e foi mantido até hoje. Conforme ilustram as narrativas destes pais:

"Desde a gravidez dela eu sempre acompanhei, em médicos, fui junto, pra ir nos lugar, pra dar vacinas nas crianças eu sempre levei, fui junto, sempre acompanhei. [...] A gente participa de tudo que elas precisam e coisa assim, então na verdade a gente acompanha em tudo" (Pai B).

Eu acompanhei tudo, as consultas de pré-natal eu que acompanhei, eu acompanhei toda a gravidez. [...] Ele gosta de ficar comigo, gosta de viajar, a gente viaja, às vezes só nós dois né (Pai C).

Eu acompanhei, ajudei depois que ela nasceu né, a cuidá, trocá, dá comida. [...] A gente se dava muito bem, saía pra levá ela passeá, ir na pracinha e tudo" (Pai D).

Em estudo realizado por Gomes e Resende (2004) sobre a paternidade em uma família contemporânea, os entrevistados colocam que a identidade masculina não pode ser vinculada a valores, que negam ao homem o direito de sentir e de se emocionar. Conforme os autores, talvez este seja o principal diferencial do pai contemporâneo: aquele que reconhece os seus sentimentos e procura comportar-se de modo diferente às imposições do papel masculino construídas pelo império machista. Neste estudo, a transição, no papel de pai tradicional para o pai contemporâneo, revela que atualmente os homens conseguem manifestar espontaneamente, por meio de carinho, convivência, atenção e cuidado, o amor que sentem pelos filhos.

Nesse sentido, a pesquisa mostrou, por meio das falas dos participantes, que os pais esforçam-se para continuar tendo um lugar importante na vida afetiva dos filhos, dispondo-se a investir mais na relação entre ambos, de modo a opor-se á postura fria e machista. Os dados encontrados vão ao encontro do que foi revelado na pesquisa de Bottoli (2010) e Warpechowski e Mosmann (2012), na qual os pais mostram-se preocupados em não perder as convivência e a proximidade afetiva na relação com os filhos

No que concerne ao impacto da separação na saúde mental das crianças, pode-se dizer que essa proximidade do pai com o filho, garantida pela qualidade do tempo que ambos poderão vivenciar juntos, pode constituir um dos fatores de proteção para o desenvolvimento dos filhos, minimizando, alguns sentimentos, difíceis de enfrentar, gerados no curso da separação. Corroborando com isso, Eymann et al. (2009) enfatizam que a qualidade de vida da criança após a separação conjugal não está relacionada à separação em si, mas com os níveis de conflito do casal. Com isso, a saúde da criança dependerá de como os pais irão enfrentar a separação, controlar a raiva e lidar com as perdas, assim como com sua capacidade em aproximar-se dos filhos para oferecer apoio.

O envolvimento paterno

O envolvimento paterno na relação entre pai e filhos foi outro tema de destaque nesta pesquisa. Conforme Henn e Piccinini (2010), um importante avanço para as pesquisas sobre a paternidade foi o desenvolvimento do construto de envolvimento paterno. Nele, inicialmente foi considerada apenas a quantidade de tempo que os pais destinavam aos seus filhos; posteriormente, foram incluídas as dimensões qualitativas do comportamento paterno.

A literatura evidencia que hoje há um maior reconhecimento da influência que o pai exerce no desenvolvimento dos filhos, sendo que esta é enfatizada pelo vínculo que existe entre ambos desde a primeira infância (BALANCHO, 2012; BRAZELTON; CRAMER, 2002; DIAMOND, 2008; COMEL, 2004; KROB; PICCININI; SILVA, 2009). Outrossim, é crescente o número de pais que têm se mostrado mais desejosos em participar da criação dos filhos, esforçando-se para construir uma paternidade com maior envolvimento (GRZYBOWSKI, 2007; STAUDT, 2007; WAGNER, 2002).

Para Gomes e Resende (2004), o pai representa a possibilidade do equilíbrio raciocinado à regulação da capacidade de a criança investir no mundo real. A necessidade da figura paterna ganha contornos no processo de desenvolvimento de acordo com as etapas da infância. A atuação dele, na fase inicial da vida, é decisiva na resolução de conflitos em momentos importantes do desenvolvimento. Nesse prisma, os autores colocam que, na vida adulta, das representações da vivência entre pai e filhos, emergem várias possibilidades de construção psicoafetiva, com repercussão nas relações sociais.

Assim, destaca-se a importância do envolvimento paterno com os filhos, sendo que este envolvimento é positivo tanto para o desenvolvimento infantil, quanto para uma maior satisfação e felicidade dos pais. Nesse sentido, todos os pais entrevistados expressaram em suas falas a participação no desenvolvimento dos filhos:

"[...] Eu acompanhei, né, acho que é normal o pai fazer isso, tá sempre perto, ajudando a mãe (Pai A).

"[...] Desde a gravidez dela, eu sempre acompanhei, em médicos, fui junto, pra ir nos lugar, pra dar vacina nas crianças eu sempre levei, fui junto, sempre acompanhei (Pai B).

"[...] Eu acompanhei tudo, as consultas de pré-natal eu que acompanhei, eu acompanhei toda a gravidez (Pai C).

"[...] Eu acompanhei, ajudei depois que ela nasceu né, a cuidá, trocá, dá comida" (Pai D).

De acordo com uma pesquisa realizada por Ramires (1997), a leitura da experiência de paternidade dos entrevistados leva à conclusão de que o quadro dessa organização social, nas relações de gênero e no cuidado com os filhos, começa a mostrar uma nova face. A autora coloca que, na medida em que os cuidados em relação às crianças forem compartilhados desde o início com os pais, os filhos aprenderão um novo modelo de relações, não mais hierárquico e de poder, mas de cooperação e complementação.

Na presente pesquisa mostra-se o envolvimento dos pais na educação dos filhos, como um vínculo que se mantém desde os primeiros meses da vida do bebê. A maioria dos entrevistados evidenciou este aspecto. Como exemplo, o Pai B disse:

"Então a gente tem que fazer o máximo que a gente pode, né, de tá junto com elas. Sempre que eu encontro com elas, eu pergunto como é que elas tão no colégio, como é que elas vão na vida delas e tudo, e a gente conversa, tem esse espaço, essa abertura pra gente conversa" (Pai B).

Por outro lado, também foi possível perceber que os pais sentem que há uma falta de reconhecimento deles sobre sua participação e/ou envolvimento afetivo na vida dos filhos após o divórcio, fato esse que vai ao encontro do que Grzybowski (2007) discorre sobre o envolvimento parental após a separação/divórcio. Para a autora, os pais fazem uma avaliação negativa de sua parentalidade, percebendo-se distantes emocionalmente dos filhos e com pouca autoridade, o que mostra que a distância nem sempre é apenas física, mas pode se tornar emocional. Para Ramires (1997), os pais, que participam ativamente dos cuidados com os filhos, consideram-se mais felizes e realizados na sua paternidade do que os pais pouco envolvidos. Esses aspectos foram visualizados na maioria dos relatos dos participantes do estudo, como pode-se verificar na fala do Pai B:

"É claro que o bom era participar todo o dia, cuidando das atividades, do colégio, da vida delas né, mas como que não dá, a gente faz o máximo que a gente pode, né, claro que eu gostaria de poder tá sempre junto e coisa. [...] Não tem como tá todo dia, a gente se sente até meio triste, tem horas que o cara gostaria de tá sempre pertinho, mas aí a gente não consegue né, então bem ninguém fica" (Pai B).

A literatura tem evidenciado que, apesar de os pais construírem uma avaliação mais negativa de seu papel parental após a separação, eles mostram-se participativos ou

desejosos de estarem mais próximos na vida dos filhos, no que diz respeito à educação, ao lazer, dentre outros aspectos (GRZYBOWSKI, 2007; SILVA, 2003; WAGNER, 2002). Isso confirma os resultados obtidos na presente pesquisa, em que os entrevistados fazem os seguintes relatos:

"[...] Tô sempre com eles né, é difícil viu, porque eu trabalho todo dia, ae o mais velho almoça aqui comigo, então tenho que fazer almoço também. E de final de semana, agente às vezes vai jantar fora (Pai A).

"[...] Quando tiver que sair num lugar a gente sai, até muito pouco tempo a gente saía junto, agora que nós estamos mais afastado, mas senão saía sempre junto pra leva elas nos lugar (Pai B).

"[...] Ele gosta de ficar comigo, gosta de viajar, a gente viaja e, às vezes, só nós dois né" (Pai C).

Este estudo indicou que o papel de pai, relacionado unicamente à função de prover o sustento dos filhos, não é mais a realidade atual. Os participantes da pesquisa percebem-se como pais envolvidos, participativos na vida dos filhos, primordialmente, ao descreverem os cuidados dedicados aos filhos desde os primeiros meses de vida, além da alusão passeios realizados, almoços e jantares juntos e sobre outras atividades de lazer.

Algumas considerações

Os achados do presente estudo conseguiram responder aos objetivos propostos, sendo que foi possível obter um maior conhecimento sobre a relação entre pai e filhos, após o término do casamento. Nesta pesquisa revela-se que a configuração tradicional do envolvimento paterno após a separação conjugal vem sofrendo mudanças. A visão que se tinha da paternidade, que não permitia ao homem participar de atividades domésticas, como o cuidado aos filhos, começa a ser vista por outra perspectiva e, por meio dela, há a construção de um novo modo de ser pai. Assim, a edificação do papel de pai, atualmente, envolve a dinâmica de aproveitar o aprendizado de filho com relação ao seu próprio modelo, às influências do patriarcado ainda arraigadas na cultura e às exigências contemporâneas de participação e envolvimento.

Desse modo, para que os homens vivenciem a paternidade plenamente é necessário encontrar equilíbrio entre as demandas diversas. A experiência de construir, com singularidade, as possibilidades de ser pai é uma vivência desafiadora e complexa. Nessa dinâmica relacional, entre pai e filho, muitas vezes há sentimentos conflitantes

quanto à capacidade de ser um bom pai, ao passo que, muitas vezes, as identificações consolidadas na infância já não atendem aos padrões atuais de exigências para o exercício da paternidade.

Igualmente, é preciso que homens e mulheres repensem as qualidades sociais que possuem em meio à complexidade dessa vivência, reconhecendo que a paternidade é uma oportunidade de os homens ampliarem suas dimensões internas e renovarem suas relações.

Os pais que participaram do estudo mostraram o desejo de maior participação na vida dos filhos, apesar do distanciamento gerado pela separação. Eles deixaram claro o esforço em manter com os filhos uma relação de proximidade e de afeto, a qual já existia na vida familiar desde o início da gestação. Além disso, pelos relatos pode-se perceber que o distanciamento em decorrência da separação conjugal gera, nesses pais, sentimentos como angústia, frustração e exclusão.

Os entrevistados demonstraram certo pesar pela falta de reconhecimento social sobre a importância da sua participação e/ou envolvimento afetivo na vida dos filhos após o divórcio. Em alguns momentos, eles percebem-se afastados emocionalmente dos filhos, o que mostra que a distância não é apenas física, mas também emocional. Contudo, todos os pais entrevistados expressaram a importância da participação no desenvolvimento e educação dos filhos e os reflexos disso para a vida deles.

Este estudo representa apenas uma contribuição para as reflexões sobre a relação entre pais e filhos após a separação conjugal. Além disso, traz uma amostra pequena, impedindo qualquer generalização sobre os resultados. Apresentaram-se também alguns apontamentos que merecem ser explorados melhor em estudos posteriores. No entanto, evidenciou-se um aspecto a ser elencado: alguns pais vêm apresentando uma mudança de comportamento no convívio com os filhos, uma vez que se mostraram desejosos em participar mais da vida escolar, educacional e social das crianças. Embora o convívio com o pai possa diminuir, nos casos em que os filhos coabitam com a mãe, esse fator não constituiu, necessariamente, um entrave no vínculo pai-filhos, ao contrário, a separação conjugal, em alguns casos, pode fortalecer a relação de afeto e proporcionar crescimento significativo na interação entre pais e filhos, reverberando em uma melhor qualidade de vida. Porém, para haver um ganho na relação entre pai e filhos, é

imprescindível que o pai tenha alcançado um grau equilibrado de elaboração dos conflitos envolvidos na relação conjugal.

Considerando as limitações do estudo já referidas anteriormente, bem como a amplitude e a complexidade do fenômeno que envolve a paternidade, sugere-se que novas pesquisas possam contemplar o conhecimento sobre o tema, por meio de investigações longitudinais e com o uso de outras propostas metodológicas, como grupo focal realizado com os pais, grupo focal realizado com os filhos e entrevistas com as mães. As mães/ex-esposas, poderiam oferecer um material rico de análise através de suas narrativas sobre a dinâmica relacional do filho (a) com o pai. Consideramos importante que as mesmas fossem escutadas, para ampliar a gama de recursos de análise para estudos posteriores.

THE RELATIONSHIP BETWEEN FATHER AND CHILDREN AFTER DIVORCE

Abstract

The relationship between father and children after divorce has been broadly discussed in the last years due to the new family configurations. To address this issue, an exploratory qualitative study was conducted in order to understand such relationship. The research involved four legally divorced men, that do not have custody of the children, and data were collect from interviews. Testimonials were submitted to the Content Analysis technique, which is used to investigate messages through the objective, systematic and qualitative description. The results showed the new social organizations of the genus relationships, where fathers showed to be more participative and connected with their kids, and are also disposed to invest more in such relationship. It was observed that the present study showed that the legal dissolution of a marriage incites awful conflicts for fathers, like distress, frustration and exclusion, but nevertheless, this fact makes possible a reconstruction of affection between father and children, strengthening the relationship.

Keywords: Fatherhood. Divorce. Father-son relationship.

LA RELACIÓN ENTRE PADRE E HIJO (S) DESPUES DE SEPARACIÓN MATRIMONIAL

Resumen

La relación entre padre e hijo(s) después de la separación conyugal es un tema que es discutido en la actualidad debido a las nuevas configuraciones familiares. En virtud de esa realidad fue realizado un estudio con el objetivo de comprender la relación del padre

y sus hijos tras el término del matrimonio. La pesquisa fue desarrollada bajo el abordaje cualitativo y tuvo carácter exploratorio. Participaron del estudio cuatro padres separados conyugalmente y que no poseen la guardia de los hijos. Los datos, por su vez, fueron obtenidos por entrevistas. Las declaraciones de los participantes del estudio fueron analizadas por la técnica de Análisis de Contenido, cuyo principio básico es investigar, por la descripción objetiva, sistemática y cualitativa, el contenido que es comunicado. Como resultados, en el estudio se apuntan las nuevas organizaciones sociales en la familia, en las cuales los padres han se mostrado más participativos y involucrados con los hijos, disponiéndose a invertir más en la relación entre ellos. Pero fue posible percibir que la separación conyugal genera conflictos y sentimientos en estos padres: angustia, frustración y exclusión pero, sin embargo, ese hecho puede posibilitar una reconstrucción afectiva entre padres y hijos, fortaleciendo su relación.

Palabras clave: Paternidad. Separación conyugal. Relación padre-hijo.

Referências

BADINTER, E. *XY: sobre a identidade masculina*. Tradução de M. C. I. Estrada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BALANCHO, L.S. *Ser pai hoje*. Curitiba: Juruá, 2012.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2009.

BELTRAME, G. R.; BOTTOLI, C. Retratos do envolvimento paterno na atualidade. *Barbarói*, Santa Cruz, n. 32, p. 205-226, jan./jul, 2010.

BRAZELTON, T. B; CRAMER, B. G. *As primeiras relações*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BOGDAN, R. C; BIKLEN, S. K. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora, 2010.

BOTTOLI, C. *Paternidade e separação conyugal: a perspectiva do pai*. Santa Maria. 141f. Dissertação(mestrado). Universidade Federal de Santa Maria, 2010.

BOTTOLI, C.; ARPINI, D. M. O exercício da paternidade na separação conyugal. In: JAEGER, F.; KRUEL, C. S.; SIQUEIRA, A. C. (Org.). *Parentalidade e contemporaneidade: os desafios para psicologia*. Santa Maria: Centro Universitário Franciscano, 2011, p. 173-193.

CASTRO, I. P. A Relação dos filhos menores com os pais após a ruptura da tradicional da convivência familiar: uma ótica sociojurídica. In: SILVEIRA, P. *Exercício da paternidade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998, p. 217-223

COMEL, N. E. D. *Paternidade responsável*. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2004.

CRESPO, C. D. *Estatísticas do Registro Civil*. Brasil, 2007. Disponível em: www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/registrocivil/2007/registrocivil_2007.pdf. Acesso em: 25 mar. 2010.

DANTAS, C; JABLONSKI, B; FÉRES-CARNEIRO, T. Paternidade: considerações sobre a relação pais-filhos após a separação conjugal. *Revista Paidéia*, Rio de Janeiro, n. 29, p. 347-357, set./dez. 2004.

DIAMOND, M. J. *Tal pai, tal filho: como pais e filhos influenciam uns aos outros ao longo da vida*. São Paulo: Academia de Inteligência, 2008.

EYMANN, A. et al. Impacto da separação sobre a qualidade de vida de crianças em idade escolar. *Jornal de Pediatria*, Rio de Janeiro, n. 6, p. 547-552, out. 2009.

GABRIEL, M. R.; DIAS, A.C. G. Percepções sobre a paternidade: descrevendo a si mesmo e o próprio pai como pai. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 16, n. 3, p. 253-256, set./dez. 2011.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, A. J. S.; RESENDE, V. R. O pai presente: o desvelar da paternidade em uma família contemporânea. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, n. 2, p. 119-125, maio/ago. 2004.

GRZYBOWSKI, L. S.; WAGNER, A. O Envolvimento Parental Após a Separação/Divórcio. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 23, p. 289-298, 2010.

GRZYBOWSKI, L. S. *Parentalidade em tempo de mudanças: Desvelando o Envolvimento Parental após o fim do casamento*. 103f. Tese (Doutorado em Psicologia)-Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

HENN, C.G.; PICCININI, C. A. A experiência da paternidade e o envolvimento paterno no contexto da síndrome de Down. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 26, n. 4, p. 623-631, 2010.

HOUZEL, D. As implicações da parentalidade. In: SILVA, M. C. P.; PONTON, L.S. *Ser pai, ser mãe: Parentalidade: um desafio para o terceiro milênio*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, p. 47-51.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Registro Civil 2010: número de divórcios é o maior desde 1984*. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2031&id_pagina=1. Acesso em: 10 fev. 2012.

ISOTTON, R. *Paternidade em famílias pós-divórcio cujo pai detém a guarda unilateral dos filhos*. São Leopoldo. 162f. Tese (doutorado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2011.

KROB, A.D; PICCININI, C.A.; SILVA, M. R. A transição para a paternidade: da gestação ao segundo mês de vida do bebê. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 269-291, abr./jun. 2009.

MARTINS, J; BICUDO, M. A. V. *A pesquisa qualitativa em psicologia: fundamentos e recursos básicos*. 5. ed. São Paulo: Moraes, 2005.

RAMIRES, V. R. *O exercício da paternidade hoje*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

RODRIGUES, P. M.; GONÇALVES, C. S. Pai deve participar. In: JAEGER, F.; KRUEL, C.S.; SIQUEIRA, A.C. (Org.). *Parentalidade e contemporaneidade: os desafios para psicologia*. Santa Maria: Editora UNIFRA, 2010. p. 11-31.

SEABRA, K.C.; SEIDL-DE-MOURA. Cuidados paternos nos primeiros três anos de vida de seus filhos: um estudo longitudinal. *Interação Psicologia*, Universidade Federal do Paraná, v. 15, n. 2, p.135-147, 2011.

SILVA, E. Z. M. *Paternidade ativa na Separação Conjugal*. 2. ed São Paulo: Juarez de Oliveira, 2005.

SILVA, M. R. *Sentimentos sobre a paternidade e envolvimento paterno de pais que residem e pais que não-residem com seus filhos*. Porto Alegre. 182 f. Dissertação (Mestrado), Instituto de Psicologia - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

_____. Sentimentos sobre a paternidade e o envolvimento paterno. *Estudos de Psicologia*, Campinas, v. 24, n. 4, p. 561-573, out./dez. 2007.

SILVEIRA, P (Org.). O exercício da paternidade nos dias atuais. In: _____. *Exercício da paternidade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998, p. 121-129.

SOUZA, C. L.; BENETTI, S. P. Paternidade Contemporânea: levantamento da produção acadêmica no período entre 2000 a 2007. *Paidéia*, Ribeirão Preto, v. 19, n. 42, p. 97-106, jan./abr. 2009.

STAUDT, A. C. P. *Novos tempos, novos pais? : o ser pai na contemporaneidade*. 2007. 68f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e da Personalidade - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

TEYKAL, C. M; ROCHA-COUTINHO, M. L. O homem atual e a inserção da mulher no mercado de trabalho. *PSICO*, Porto Alegre, v. 38, n. 3, p. 262-268, set./dez. 2007.

WARPECHOWSKI, A.; MOSMANN, C. A experiência da paternidade frente à separação conjugal: sentimentos e percepções. *Temas em Psicologia*, Ribeirão Preto, v. 20, n. 1, p. 246-260, 2012.

WAGNER, A. Possibilidades e potencialidades da família: a construção de novos arranjos a partir do recasamento. In: _____. *Família em cena: tramas, dramas e transformações*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002, p. 23-38.

Recebido em: 12-12-2010.

Aceito em: 25-09-2012.

Sobre as autores:

Karina Silva Molon de Souza é Psicóloga, Especialista em Neuropsicologia e Mestre em Educação pela PUCRS. É docente do curso de Psicologia do Centro Universitário Franciscano. E-mail: ksmolon@gmail.com

Luciane Najar Smeha possui graduação em Psicologia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, mestrado em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e doutorado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Atualmente é Professora Adjunta do Centro Universitário Franciscano. E-mail: lucianes@unifra.br

Jessica Cerezer Arend é Estudante de Psicologia no Centro Universitário Franciscano. E-mail: jessica_arend@yahoo.com.br